

The background features two large, stylized letters, 'J' and 'N', rendered in a light gray, textured font. The 'J' is on the left, and the 'N' is on the right, both partially overlapping the text.

Estudos em homenagem a

**João Francisco
Marques**

Volume I

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Título:

Estudos em homenagem a João Francisco Marques

Coordenação:

Lúis A. de Oliveira Ramos
Jorge Martins Ribeiro Amélia
Polónia

Edição:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564

Capa e Paginação:

Álvaro Lemos / Maria Adão

Execução Gráfica:

Helvética - Artes Gráficas, Lda.

Tiragem:

500 Exemplares

ISBN:

972-9350-59-0

Depósito Legal:

172754/01

Maria de Lurdes Correia
Fernandes

Ignorância e confissão nas primeiras décadas do
século XVII em Portugal

Ignorância e confissão nas primeiras décadas do século XVII em Portugal

Por Maria de Lurdes Correia Fernandes

427

1. Equacionar ignorância e confissão - remetendo, obviamente, para o contexto histórico-cultural que articulava os dois conceitos - é um passo fundamental para o estudo de alguns aspectos da cultura e da sua vertente religiosa e pastoral no virar do século XVI para o século XVII. Permitirá aprofundar alguns tópicos - nem sempre fundamentalmente retóricos - relativos ao precário conhecimento ou à aprendizagem da doutrina cristã e de diversas práticas devocionais que documentos de vários tipos foram registando. Tópicos tanto mais importantes quanto o próprio conceito de ignorância se prendia, sobretudo nos usos do vocabulário eclesiástico ou moralizante, com o desconhecimento da doutrina cristã e, consequentemente, com o desconhecimento de muitas regras e padrões tanto devocionais como comportamentais alicerçadas naquela ou por ela legitimadas.

Não vou referir-me novamente às muitas e multifacetadas críticas à ignorância do clero que peipassam, sobretudo, as obras de teologia moral, diversos tipos de manuais de confissão¹ e obras de âmbito catequético ou pastoral do século XVI. Tentarei chamar a atenção, relendo diversas fontes de finais do século XVI e inícios do século XVII especialmente dirigidas ao ensino da doutrina cristã dos fiéis em geral, para algumas dimensões da articulação entre ignorância e confissão que mostram significativas orientações ou até mudanças de rumo da pastoral, visando um maior controlo do ensino e da aprendizagem da doutrina cristã não só pela via da catequese e da pregação como também através da prática da confissão e de algumas práticas devocionais que o século XVII veio a desenvolver - e de que, aliás, o século XVIII ainda se mostrou muito devedor.

Mesmo sem pretender entrar pela repetição excessiva de factos (e também de muitos tópicos) hoje relativamente divulgados e que resultam, por um lado, dos reduzidos índices de alfabetização nos séculos XVI e XVII e, por outro, da ausência de uniformidade ou da pouco sistemática divulgação da doutrina cristã entre as diversas camadas populacionais e distintos estratos sociais, não poderei deixar de lembrar alguma insistência em vários tipos de fontes - insistência que traduz alguma preocupação e vontade de mudança por parte de alguns sectores da hierarquia eclesiástica - na grande ou relativamente generalizada ignorância da doutrina cristã e, logo, no não cumprimento dos seus preceitos por parte dos fiéis em geral. Claro que haverá que referir um dado sobejamente conhecido, directamente resultante das decisões do concílio de Trento e dos respectivos *Decretos e determinações*, que é a insistência no dever do clero de zelar pela aplicação destes, recorrendo a múltiplos meios

¹ Desta questão me ocupei, há já uma década, em «As artes da confissão. Em torno dos manuais de confessores do século XVI», *Humanística e Teologia*, 11, fase. 1 (1990), 47-80, tendo retomado e desenvolvido posteriormente alguns aspectos em «Do manual de confessores ao guia de penitentes. Caminhos e orientações da confissão nos tempos pós-Trento», *Via Spiritus*, 2 (1995), 47-65.

e modos - que nem sempre terão sido muito eficazes - orientados para o seu cumprimento². Mas haverá também que prestar maior atenção às consequentes orientações pastorais, especialmente visíveis no principal «manual» de directivas pastorais dos anos pós-Trento que é o *Catecismo Romano* (1566)³ e nos outros «manuais» nele inspirados, orientações que traduzem também a consciência, que vinha sendo alimentada havia já um século, da necessidade de uma reforma que, ao mesmo tempo que se afirmava por contraposição ao protestantismo, pretendia acentuar as marcas de identidade católica, tornando-as também mais «ofensivas» e massificadoras, divulgando e tentando adaptar e fazer cumprir as suas normas em todos os estratos sociais.

2. Neste processo que se apresentava com pretensões de mais profunda cristianização de toda a sociedade, dos seus diferentes «estados» - um processo que se desejava expressamente já desde finais da Idade Média⁴ mas que, no mundo católico, ganhou, como se sabe, maior relevância nas décadas pós-Trento - foi sendo dada cada vez mais atenção, devido aos riscos do «decidir por si só»⁵, à importância da boa formação e do empenhamento dos mediadores: confessores, directores de consciência, pregadores, missionários, moralistas (clérigos e não só). Ao mesmo tempo que se foi reconhecendo que as reformas institucionais não eram suficientes, foi-se acentuando a defesa de um maior empenhamento na reforma individual e interior dos cristãos, valorizando o arrependimento e o controlo da consciência através do reforço da vigilância eclesiástica exercida pela direcção de consciência e pela orientação espiritual por parte dos seus ministros, tanto religiosos como clérigos com cura de almas porque se sabia que para tal reforma era imprescindível uma forte e vigilante intervenção do poder (que era também um saber) eclesiástico. Por isso, a par do peso que foram tendo diversas formas e correntes de espiritualidade (algumas de alta espiritualidade) e algumas devoções - lembro, por exemplo, a do rosário no virar do século XVI para o XVII⁶, o estímulo ao culto dos santos e das relíquias depois de Trento -, foi sendo afirmada, cada vez mais, a importância da confissão frequente por parte de todos os cristãos e, muito particularmente, do exame de consciência e da penitência em geral, tentando obrigar a interiorizar uma relação

² Nomeadamente, através da incorporação dessas decisões nas *Constituições Sinodais* dos diversos bispos e da respectiva difusão junto do clero secular.

³ Jean-Claude Dhôtel, *Les origines du catéchisme moderne d'après les premiers manuels imprimés en France*, Paris, 1967, esp. pp. 82-117 e Adriano Prosperí, «La confessione ai Concilio di Trento», in Id., *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*, Turim, 1996, 258-277.

⁴ Veja-se, em particular, Roberto Rusconi, «Dal pulpito alia confessione. Modelli di comportamento religioso in Itália tra 1470 circa e 1520 circa», in P. Prodi e P. Johaneck (dir.), *Strutture ecclesiastiche in Itália e in Germania prima della Riforma*, Bolonha, 1984, 259-315.

⁵ Adriano Prosperí, *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*, ob. cit., esp. 213 ss.

⁶ Nesta devoção se empenharam particularmente os dominicanos e os jesuítas, como o testemunham, por exemplo, as diversas edições de Nicolau Dias, O.P., *Livro do rosário de Nossa Senhora*, Lisboa, 1573, Lisboa, 1574, Évora, 1576, Lisboa, 1577, Lisboa, 1571, Lisboa, 1573, Lisboa, 1603, Lisboa, 1616; de João Rebelo, S.J., *Rosário de la santíssima Virgen Maria madre de Dios*, Évora, 1599 e, do mesmo, *História dos milagres do rosário e de muitas outras devoções*, Évora e Lisboa, 1602, Évora, 1608, Lisboa, 1610, Lisboa, 1617.

mais estreita entre os preceitos cristãos e católicos e as suas práticas, reforçando, ao mesmo tempo, a dimensão ascética das práticas espirituais para evitar os perigos destas quando centradas excessivamente na contemplação e nos fenómenos místicos que os exemplos famosos de alumbrados espanhóis e iluminados portugueses mostravam ser dificilmente controláveis⁷.

É por isso muito sintomático que o (programático) *Catecismo Romano* (1566) ordenado por Pio V tenha lembrado a todos os clérigos com cura de almas (a quem era expressamente dirigido) que «...primeiramente se devem amoestar e exortar os fiéis que com grande eficácia e cuidado se ocupem em penitência interior do ânimo, a qual chamamos virtude, sem a qual mui pouco aproveitará a que se tem exteriormente»; a insistência na confissão frequente resultava do reconhecimento da sua maior eficácia para tal «penitência interior do ânimo», «...porque a vergonha da confissão é como freio que se põe à cobiça e licença de pecar e refreia a maldade»⁸.

Deste modo, depois dos diversos esforços empreendidos, também em Portugal, com vista a uma formação mais capaz dos próprios confessores - não só com diversas sumas (e até cátedras⁹) de casos de consciência, mas também com manuais breves de confissão¹⁰ —, muitas vezes se ergueram na denúncia da persistência da ignorância dos fiéis em geral e na defesa da sua diminuição.

3. Haverá que não esquecer que tal denúncia acompanhou o crescimento da atenção ao mundo dos leigos - que correntes humanistas, reformadores ou espirituais foram estimulando directa ou indirectamente -, a par da consciência da necessidade de reforma que articulasse os preceitos divinos com o comportamento moral e social dos cristãos que não podiam ou não queriam aceder a um estado de religião, considerado mais «perfeito». Até porque a divulgação dos aspectos básicos da doutrina cristã foi encontrando obstáculos vários, em especial quando se pretendia articulá-la com matrizes culturais diversas, com a complexa e multifacetada realidade social e as próprias obrigações do «estado» de cada um. Clérigos e religiosos cedo se aperceberam de que a maior dificuldade da aprendizagem da doutrina e da moral católicas, especialmente pelos adultos, residia na sua interiorização e conciliação com a vida quotidiana, já que não era fácil articular, tendo em conta não só hábitos muito arreigados como também os pressupostos tradicionais da literatura de espiritualidade, as obrigações e práticas sociais e até, familiares com as práticas devocionais, para já não falar de exigências ascéticas (por exemplo,

⁷ Cf. Álvaro Huerga, *Historia de los Alumbrados*, 5 vols, Madrid, 1978-1995; Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, 1960, Tomo I, vol. I, esp. pp. 363 e ss.

⁸ Cito pela tradução portuguesa do *Catechismo romano do Papa Pio Quinto. Nouamente treladado de latim em iingoagem por mandado do Illustrissimo & Reuerendissimo Senhor Dom Miguel de Castro (...)*, Lisboa, António Alvares, 1590, fls. 178v. e 193r.

⁹ De que são exemplo as que instituiu Fr. Bartolomeu dos Mártires em Braga (cf. Fr. Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, Lisboa, Sá da Costa, vol. I, 11-112) e o Cardeal-Infante D. Henrique em Évora. Sobre a actividade e as orientações pastorais deste prelado, veja-se Amélia Polónia da Silva, *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora. Um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, 1989, esp. pp. 288-318 e 343-352.

¹⁰ M^{te} de Lurdes Correia Fernandes, «As artes da confissão», art. cit.

o jejum, a abstinência, disciplinas várias) e espirituais (por exemplo, a prática correcta da oração mental), que eram bem mais difíceis e apenas compreensíveis por alguns.

Estas dificuldades terão contribuído para a diversificação de iniciativas no campo da acção pastoral - e dos seus actos mais «espectaculares» como, sobretudo depois de Trento, as visitas pastorais¹¹ e devassas, as pregações¹² e as missões¹³ -, mas também da acção educativa num sentido mais geral (que não só a escolar)¹⁴, iniciativas cujo alcance é, hoje, muito difícil de contabilizar, mas que deverão suscitar maior atenção, tanto mais que no século XVII se foram multiplicando as edições e se foi diversificando a produção da literatura de âmbito pastoral e devoto¹⁵, nomeadamente, da sermonária e da hagiografia.

Significativamente, nos tempos pós-Trento - e, concretamente, nos últimos anos do século XVI e primeiros do século XVII - foi-se reproduzindo, em diversos tipos de fontes, a insistência na necessidade de alterar o panorama do desconhecimento ou insuficiente conhecimento, entre diversas franjas sociais (cidadinas ou rurais), da doutrina cristã e dos consequentes preceitos morais e sociais dela decorrentes, com base nas informações referentes a rituais e a práticas culturais e devocionais que teimavam em os não incorporar. Foi claramente crescendo a defesa de um ensino mais eficaz e generalizado da doutrina cristã - não só ou não só preferentemente entre as crianças¹⁶ -, bem como de um controlo que contribuisse para a sua interiorização e observância quotidiana. Por isso foram caminhando lado a lado as diversas iniciativas no campo do ensino da doutrina cristã (através, sobretudo, da

¹ Vejam-se, em particular, Joaquim Ramos de Carvalho, «A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: As visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», *Revista Portuguesa de História*, XXV/U988), 121-163 e José Pedro Paiva, «Inquirição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?», *Revista de História das Ideias*, 11 (1989), 85-102

² Não só, talvez nem sobretudo, as de âmbito político. Sobre estas, vejam-se os já clássicos estudos de João Francisco Marques, *A parenética portuguesa e a dominação filipina*, Porto, 1986 e *A parenética portuguesa e a Restauração- 1640-1668*, Porto, 1989, 2 vols.

³ Cf., em particular, Bernard Dompnier, «Missions et confession au XVIIe siècle», in Groupe de la Bussière, *Pratiques de la Confession*, Paris, Cerf, 1983, 201-222; Louis Châtelier, *La religion des pauvres. Les missions rurales en Europe et la formation du catholicisme moderne - XVIe-XIXe siècle*, Paris, 1993, esp. 15-121; Adriano Prosperi, «I missionari», in Id., *Tribunali della coscienza*, ob. cit, esp. 551-649. Para Portugal, relativamente a missões jesuítas, veja-se Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1938, Tomo II, vol. I, esp. 471-473; Federico Palomo, *Fazer dos) campos escolas excelentes. Los jesuítas de Évora, la misión de interior y el disciplinamiento social en la época confesional (1551-1630)*, Florença, 2000 (diss. doutor: polic); Eugênio dos Santos, «Missões do interior em Portugal na Época Moderna: Agentes, métodos, resultados», *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, n.º VI, (Jan. 1984), 29-65 e «Missões populares e festa barroca: um aspecto da sensibilidade colectiva», in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, 1991, 641-648.

⁴ Para esta importante questão chamou a atenção recentemente António Camões Gouveia, «Educação e aprendizagens. Formas de poder na *paideia* do Portugal Moderno», *Ler História*, 35 (1998), 11-44.

⁵ Cf. a *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade - 1501-1700* (dir. José Adriano de Carvalho), Porto, 1988.

⁶ Como o faziam, sobretudo, os jesuítas (cf. Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, ob. cit., Tomo II, vol. I, esp. 455-475), desenvolvendo métodos novos mas reto mando também outras experiências anteriores; cf. Isaias da Rosa Pereira, «O ensino da doutrina cristã nos séculos XIII a XVI», in *Missionação portuguesa e encontro de culturas (actas)*, Braga, 1993, vol. I, pp. 357-370.

implementação da catequese e do desenvolvimento da pregação) e a insistência crescente, acompanhada de medidas concretas, na prática mais frequente da confissão: meios considerados essenciais, por teólogos, canonistas e alguns moralistas, para esse processo que se queria mais profundo de disciplina interior e exterior e que, com mais ou menos sucesso, com mais ou menos veemência, foi sendo tentado em toda a Europa¹⁷. Em Portugal, lembro apenas (porque estão hoje relativamente bem estudadas) as ações e iniciativas catequéticas de Fr. Bartolomeu dos Mártires no arcebispado de Braga - para que elaborou o seu célebre e muito editado *Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais* (1.^a ed. 1564)¹⁸ -, ações que tiveram repercussões nacionais, até pelas ligações a Fr. Luís de Granada e ao Cardeal-Infante D. Henrique; dos jesuítas Marcos Jorge e Inácio Martins¹⁹, Francisco Cardoso e Luís Alvares, entre outros²⁰ nos finais do século XVI e primeiros anos do XVII, sobretudo em Lisboa. Estes são apenas os casos mais conhecidos e estudados, mas que testemunham exemplarmente tanto o estado de ignorância da doutrina cristã em diferentes (sob vários pontos de vista) regiões do reino²¹, como também a consciência da urgência de medidas concretas para o seu ensino e divulgação²²; os seus frutos, apesar de, em alguns casos, terem sido relativamente imediatos, foram contudo desiguais e permanecem hoje pouco (ou pouco sistematicamente) estudados.

¹⁷ Sobre este processo de «disciplinamento» social, vejam-se, entre outros, os recentes estudos complementares reunidos por Paolo Prodi, *Disciplina dell'anima, disciplina del corpo, disciplina della società*, Bolonha, 1996. Para a questão aqui em causa e numa perspectiva comparativa é particularmente sugestivo o estudo do mesmo Paolo Prodi, «Riforma interiore e disciplinamento sociale in san Carlo Borromeo», *Intersezioni*, a. V, n.º 2 (Agosto 1985), 273-285.

¹⁸ Utilizo a edição *Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais* por A. R. da Cunha, Braga, 1962.

¹⁹ A «cartilha» ou *Doutrina cristã* de ambos teve um sucesso editorial que se prolongou até ao século XIX. Sobre os seus primeiros destinatários e usos, veja-se Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, ob. cit., Tomo II, vol. I, esp. 459-460.

²⁰ Cf. Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, ob. cit., Tomo II, vol. I, esp. 455-502.

²¹ São bem conhecidas, por exemplo, as queixas de Fr. Bartolomeu dos Mártires depois das suas visitas pastorais ao arcebispado de Braga, onde, como veio a narrar o seu biógrafo Fr. Luís de Sousa (*Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, ob. cit., I, 109-110) «viu por seus olhos e apalpou as grandes necessidades espirituais que pela mor parte dela havia, a falta de doutrina, tanto nos doutrinados como nos doutrinantes, muitos sacerdotes idiotas e pouco idôneos, alguns viciosos e ainda assi maus de contentar»; chocado com as «misérrimas de ignorância» que assolavam as «serranias e picos do monte Gerez e da Gávia, nas matas e alturas das serras de Barroso e serra do Marão, muitas das quais nunca em nenhum tempo tinham visto rosto de prelado e outras quase nunca; que, se ali ao perto e quase nos olhos dos prelados, achava muita gente tão agreste, tão inculta e selvática no que cumpria à sua salvação que havia assaz que sentir e que chorar, que seria nestes outros sítios mais remotos?». Para outros dados veja-se a síntese de João Francisco Marques, *A parênética portuguesa e a Restauração*, ob. cit., vol. I, esp. 39 e ss. e 245 e ss. Ainda em épocas mais tardias, muitos missionários continuariam a testemunhar a persistência da ignorância da doutrina cristã, sobretudo entre as populações rurais. Cf. Eugênio dos Santos, «Missões do interior em Portugal na Época Moderna», art. cit.

²² Além da redacção e edição do referido *Catecismo* para ser «lido ao povo» (como registou também Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, ob. cit., I, 111), uma das primeiras medidas que tomou o Arcebispo foi a de «assentar dentro em seus paços duas cátedras de Casos de Consciência, que liam dous religiosos da sua Ordem de S. Domingos», sob a sua atenta supervisão, encomendando ao dominicano Fr. Diogo do Rosário a tradução portuguesa da *Suma Caietana* de Tomás de Vio, mandando-a «imprimir à sua custa» e «distribuir por todo o arcebispado» (3 edições: Braga, Coimbra e Lisboa, 1566).

O maior - ou hoje mais visível - esforço no sentido de uma maior generalização ou até massificação da aprendizagem, de vários modos e em distintos ambientes sociais, da doutrina cristã parece ter sido mais seriamente encarado por diversos agentes culturais e religiosos nas primeiras décadas do século XVII, se tivermos em conta que foi então que se foram diversificando - tanto em quantidade quanto em variedade temática e de edições - as obras explicitamente destinadas ao ensino da doutrina cristã ao fiéis em geral (nomeadamente aos casados e pais de famílias²³), coocorrendo com o reforço da ideia e do preceito da confissão frequente e da crescente valorização do exame de consciência como etapa fundamental tanto da reforma interior como exterior ou comportamental. E este facto é tanto mais significativo quanto a complementar valorização da comunhão frequente vinha sendo assumida por autores influentes, mas também começava a suscitar reservas de muitos que sabiam que uma boa parte das confissões deixava muito a desejar. Não só porque alguns confessores não tinham uma preparação adequada para administrar o sacramento, mas, talvez sobretudo, porque os penitentes se confessavam poucas vezes e raramente o faziam com uma preparação considerada minimamente aceitável. Por isso - este é apenas um exemplo - as *Constituições Sinodais do Porto*, ordenadas por Fr. Marcos de Lisboa e publicadas em 1585²⁴, mandavam «aos Abbades, Reitores, & Curas das igrejas, & aos mais confessores, de qual quer qualidade, & condição que sejam, que antes que ouçam de confessar qualquer pessoa, que se a elles quiser confessar, lhe perguntem se sabem a doutrina christã, & ao menos, a oração do Pater noster, & Ave Maria, & o Credo, & os mandamentos da ley de Deos, & da Igreja, & se trás bem examinada sua consciência, & cuidados seus peccados (...): & achando que nam sabe as cousas acima ditas, ou que está comprehendido em algum dos ditos casos o amoeste, & nam estando em perigo de morte, lhe dilate a confessar por alguns dias, em que se possa emendar, & admitir ao Sacramento da penitencia (...) ensinandolhe orações que reze cada dia, & outras cousas que pêra isto podem ajudar como são lição de bons liuros, ouuir Missa, esmolos, jejuns, & outras asperezas corporaes, & sobre tudo, fugir ocasiões dos peccados, o que muito encomendamos a todos os confessores cumpram inteiramente, poys vemos que os penitentes, pela mayor parte, vam absoltos, sem auer nelles

²³ Saliento, concretamente, a muito editada obra de Francisco Saraiva de Sousa, *Báculo pastoral de flores e exemplos divinos, colhidos de varia e authentica historia espiritual sobre a Doutrina christã, utilissimo nam so para pregadores, & pastores d'almas, mas para todo i christão que procura saluarse, & instruir seus filhos com bons exemplos*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1624, reed. ibi, 1628; 2ª parte, ibi, 1657 (reed. ibi, 1698, 1703, 1708, 1719); acresc. ibi, 1676, 1682 (com a indicação de 7ª edição), 1690, 1698. Nesta obra que divulga a doutrina cristã pelo método de perguntas e respostas e com o recurso a *exempla* vários, Francisco Saraiva de Sousa realçou, no prólogo ao leitor, o dever de «os pays christãos instruyr, & doutrinhar seus filhos com os exemplos da Doutrina Christã, & com as heroicas obras dos assinalados varões da Igreja sancta, tão verdadeiros como proueitosos», lembrando a sua experiência catequética na paróquia de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa e o contacto com «algumas pessoas deuotas» que «sendo grandes na idade, ignorão maytas vezes o que os meninos sabem, pelo exercicio da sancta Doutrina».

²⁴ *Constituições sinodais do bispado do Porto*, Coimbra, António de Mariz, 1585. Estas Constituições retomaram, em grande parte dos seus artigos, as de Fr. Baltasar Limpo (Porto, 1541) mas acrescentaram e alteraram outros, nomeadamente alguns respeitantes à confissão, incorporando as decisões e as orientações tridentinas.

emenda»²⁵. Esta insistência tem tanto mais interesse quanto à tónica da ignorância dos confessores que ocorria em quase todos os manuais da primeira metade de Quinhentos se foi juntando (por vezes até substituindo), nos diversos tipos de manuais de confissão dos finais de Quinhentos e de Seiscentos, a tónica da ignorância ou do pouco interesse dos fiéis em relação à aprendizagem da doutrina cristã e à frequente prática da confissão.

4. Dois dos textos que abordam mais directamente estas questões, articulando-as de um modo explícito, são o *Caminho espiritual das almas cristãs* e o *Exame de Consciência*, ambas do teólogo Manuel Góes de Vasconcelos, tendo o primeiro sido editado em Lisboa em 1613 e o segundo em 1615²⁶; ambos foram dedicados ao Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, o que permite pensar em destinatários de âmbito fundamentalmente cidadão, que algumas das suas passagens também sugerem. O seu interesse maior reside no facto de associarem de um modo muito claro (poucos o terão feito, até àquela data, do mesmo modo) os objectivos do ensino da doutrina cristã e os da prática da confissão frequente precedida de um cuidado exame de consciência, incorporando assim as referidas orientações pastorais que outros textos - nomeadamente os que assumidamente recuperavam as orientações tridentinas²⁷ - também foram divulgando.

A primeira obra, em cujo prólogo ao leitor Manuel Góes de Vasconcelos começou por denunciar a pouca interiorização, pelos fiéis em geral, da doutrina cristã e das correspondentes práticas devocionais, atribuindo-a expressamente à «ignorância» do «necessário pêra sua salvação», começou, por isso mesmo, com um «Livro primeiro da ignorância, e cegueira que ha em as almas, & dos males, & danos que les nacam delia»²⁸. O interesse maior deste «Livro da ignorância» reside no facto de ter apontado expressamente alguns aspectos relativos ao estado do ensino-aprendizagem da doutrina cristã nas primeiras décadas do século XVII. Em primeiro lugar, porque o autor não se queixou propriamente da falta de «ministros» da doutrina, mas da persistência do pouco interesse dos fiéis em aprendê-la e da con-

²⁵ *Constituições sinodais do bispado do Porto*, 1583, ob. cit. fl. 17.

²⁶ Manuel Góes de Vasconcelos, *Caminho espiritual das almas enristas, pêra a salvação, com cuja doutrina se lhes dá luz pêra desterrar toda a ignorância no que toca à fé, & ley de Deos, & da Igreja*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1613 e *Exame de consciência, e ordem, para os penitentes se confessarem bem de seus pecados. Juntamente com alguns avisos aos Confessores, com hua Apropriação no fim, da frequentação do diu-inissimo Sacramento do Altar*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1615. Destas obras me ocupei já em "Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade" in *História Religiosa de Portugal*, vol. II (coord. de João Marques e António Camões Gouveia), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, esp. 28-32.

²⁷ É, por exemplo, em Portugal, o caso bem conhecido do muito editado *Catecismo* de Fr. Bartolomeu dos Mártires que valorizou também as condições da «confissão bem feita», começando pela consciência «diligentemente examinada», ou seja, «que o pecador, antes que venha aos pés do confessor, pense cuidadosamente em seus pecados e escodrinhe os cantos de sua consciência, pêra o qual exame tanto mais tempo há-de tomar quanto mais há que não se confessou». E explicou o que era um «exame diligente»: «aquele penitente se examina diligentemente que em seu exame faz aquilo que os bons homens de seu estado costumam fazer, ou que põe tanto cuidado em pensar seus pecados como costuma pôr um homem em um negócio em que muito lhe vai...». Acentuava, ao mesmo tempo, o carácter «choroso» e «contrito» da mesma, tradutor de «dor e arrependimento», acompanhado do «firme propósito de não tornar a pecar» (*Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais*, Braga, 1962, 155-156).

²⁸ *Caminho espiritual das almas cristãs*, ob. cit., fls. 1r-19v.

sequente «soltura que ha em peccar»²⁹. Além disso, afirmou que «Esta Ignorância não somente ha entre gente barbara montesinha, & inculta» - já dessa ignorância, concretamente nas terras do Barroso, se queixara muitos anos antes D. Fr. Bartolomeu dos Mártires³⁰ - «mas também se acha na que presume de politica & tem nome de tal: & o que mais he pêra sentir, que não somente está tocada deste mal a gente, que carece de pregações, mas também he ferida muyta da que goza dos fructos da pregação, cuja culpa mais deue ser falta do pouo, que não se applica a saber de rayz o essencial, de que pende a saluação de suas almas, que falta dos ministros, pois pella bondade de Deos ha em nossos tempos tantos tam virtuosos, & tam doutos, & he este mal tam vniuersal, que não sò em as aldeãs, & poucos pequenos, mas também em as cidades, & lugares populosos se acha...»³¹. Do seu ponto de vista, tal resultaria de que «só com o presuposto de Christãos baptizados a troco de outro algum exercido virtuoso, se persuadem a cudar que viuem bem sem que lhes seja necessário mais, & sem outra disposição alguas vezes se valem dos Sacramentos...»; consequentemente, «como lhes falta o conhecimento do valor dos sacramentos que recebem e tratam, ficam sem o fruyto delles por não os receberem dignamente»³².

Por isso a sua queixa mais sentida foi dirigida ao desinteresse de muitos fiéis por «saber muy de rayz os Artigos da fé, & a ley de Deos» enquanto bases da doutrina cristã para o «caminho da saluação», mas que «he tida do pouo sò por doutrina de mininos, & com este titulo a infamão, tendoa em baixo predicamento, tendose por injuriados, se a caso lhe perguntão por ella não a sabendo»³³. Ou seja, os adultos viam a aprendizagem da doutrina cristã pelo método da catequese como algo infantil - como «doutrina de meninos» -, recusando-se ou mostrando pouca receptividade a submeterem-se a tal método. Este facto era agravado, segundo testemunhou o autor, por «outro mal», resultante desta «má opiniam»: em face do desprezo dos fiéis por este tipo de aprendizagem da doutrina cristã, «se acouardam os pregadores pêra dos púlpitos a ensinarem, por não serem tidos por pouco letrados». Por isso criticou - antecipando outras críticas posteriores - a figura do mau pregador, altivo, amante dos «elegantes períodos, compostos com o ornato, & artificio das boas e arrogantes palauras, com mil outros flóreos de eloquência humana, cujos ayrosos meneos com a variedade do estilo trazem consigo hũa complacência natural, de sorte que o pouo leuado do tom das palauras, & graça desses meneos se dá por satisfeito do que não entende, rompendo em muytas vozes que bem disse»³⁴. Em consequência - como «a experiência nos mostra» - o «saber que nesta parte ha, he sò de outiua, & dos pregadores se conformarem muytas vezes mais com a vaydade dos ouuintes, que com seu proveito, dizendolhes cousas mais coriosas, que proueitosas»³⁵. Segundo este testemunho, a eficácia instrutiva da pregação era relativamente reduzida, uma vez que, havendo «tanta desigualdade da parte do pouo, fazem a esta

²⁹ *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fl. 5r.

³⁰ Cf. Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, ob. cit., I, 109-110.

³¹ *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fi. 2v.

³² *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fl. 3v.

³³ *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fl. 17v.

³⁴ *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fl. 17v.

³⁵ *Caminho espiritual das almas christãs*, ob. cit., fl. 18r.

doutrina commua communicando sutilezas, & pensamentos muy subidos, a quem muytas vezes não está nos princípios», sendo muita a «gente desta sorte» não só nas aldeias «senam também em pouos grandes, & em pessoas bem nacidas»³⁶.

Inevitavelmente, a sua argumentação foi no sentido de a pregação ser mais orientada para o ensino mais simples e directo da doutrina cristã, evitando a espectacularidade da pregação voltada mais no deleite dos ouvintes do que no seu proveito espiritual e moral. Manuel Góes de Vasconcelos percebeu o rumo que já nos inícios do século XVII levava a pregação, mas - pelo que hoje se sabe por testemunhos escritos do seu século e do seguinte -, a sua denúncia não parece ter alterado a tendência da moda e dos modos da pregação nos tempos que se seguiram.

5. Em face da constatação - por «experiência» - de algum fracasso instrutivo da pregação (que podia «comover» mas nem sempre «movia» duradoiramente), é muito significativo que este autor tenha vindo, dois anos depois, a editar uma obra destinada a contribuir para uma maior eficácia da confissão através da valorização explícita do «exame de consciência». E a sua apenas mais uma voz num conjunto de outras (nacionais e estrangeiras) que iam clamando em defesa da confissão frequente como um dos mecanismos mais eficazes tanto do controlo da consciência como, em consequência ou em ligação directa, do dos comportamentos (espirituais, morais ou sociais). Já não estava em causa o princípio da confissão anual obrigatória que as próprias constituições sinodais de âmbito local impunham, criando mecanismos de verificação³⁷, mas a defesa da sua frequência, acompanhada de uma valorização também crescente (e até da explicação) do exame de consciência. Este, obrigando a uma consciencialização do pecado - a par da aprendizagem e interiorização da doutrina cristã -, tornava (assim se desejava) mais fácil a sua confissão, mais séria a absolvição, maior o arrependimento e, conseqüentemente, maior a possibilidade de auto-controlo no presente e no futuro. Aliás, várias obras, retomando as orientações claras do Catecismo Romano, foram escritas e editadas expressamente para mostrar a importância e os modos deste «exame». A de Manuel Góes de Vasconcelos, *Exame de consciência e ordem para os penitentes se confessarem bem de seus pecados*, retomou esses objectivos, significativamente, dois anos depois da publicação do seu *Caminho espiritual* e um ano depois de edição em Lisboa da tradução castelhana da obra do Cardeal Bellarmino, *Declaración de la Doctrina Christiana* (Lisboa, 1614)³⁸, que incluía no final uma breve *Instrucción para examinar la conciencia antes de la confession, ò particular, ò general de toda la vida*, do jesuíta espanhol Francisco de Sosa. Significativamente, também o autor desta tradução castelhana da obra do Cardeal

³⁶ *Caminho espiritual das almas cristãs*, ob. cit, fl. 19r.

³⁷ Sobretudo pela imposição da elaboração de róis de confessados (e comungados). Infelizmente, a escassez hoje destes documentos relativos à primeiras décadas do século XVII dificulta o estudo da sua implementação. Mas a escassez ou a ausência destes róis referentes àquelas décadas não significa que não tenham existido nem dela se pode inferir, à partida, a falta de cumprimento dos seus objectivos.

³⁸ Roberto Bellarmino, *Declaración de la Doctrina Christiana: Por orden dei Santíssimo Padre Clemente Octauo (...). Aprobada por la Congregacion de la reforma, para el vso delos que enseñan, y aprenden la Doctrina Christiana*, Lisboa, António Alvares, 1614.

Bellarmino, Luis de Vera, se lamentou do «descuydo y negligencia con que viuen» os cristãos, pensando que «con ser ellos virtuosos, tienen todo lo que han menester para salvarse, y que en tener gran cuydado de dispensar bien su vida, que no les falta nada para yrse ai cielo, pêro en verdad se enganan...»³⁹. A inclusão, no final desta tradução, de uma *Instruccion para examinar la Conciencia antes de la Confession, ò particular, ò general de toda la vida* compreende-se melhor no quadro da referida articulação entre a aprendizagem da doutrina cristã e a prática da confissão frequente como um dos mecanismos mais eficazes da educação católica dos diversos estratos sociais.

Assim, estas obras inscrevem-se na orientação patente em alguns

confessionais da

436 época que davam um passo em frente em relação aos da primeira metade do século

XVI.

Enquanto os manuais de confissão (excluo as sumas de casos de consciência) anteriores às decisões de Trento acentuavam, sobretudo, o momento da confissão que era o do «encontro» e o diálogo do confessor com o penitente, os de finais do século XVI e os do século XVII, não descurando esse momento, valorizaram mais claramente o exame de consciência como um encontro prévio do penitente consigo próprio antes do encontro com o confessor⁴⁰. Porque, como disse Manuel Góes de Vasconcelos, do «descuido» deste e da «ignorância» daquele «pode ser que succeda muitas vezes a pouca emenda dos peccados, dos quaes se costumão alguns confessar só de outiua, sem preceder exame necessário do numero, espécies, & circunstancias delles: & quando isto falta não ficão as confições bem feitas...»⁴¹.

Deste ponto de vista, só assim se poderia esperar uma confissão bem feita e, consequentemente, uma melhor preparação dos fiéis não só para a penitência em geral e para a mudança de vida, mas também para todas as práticas devotas e, muito especialmente, para a maior «limpeza» na frequência da comunhão. Numa altura em que, na sequência das decisões do Concílio de Trento (Sessão 22, c. 2-8)⁴², diversas outras vezes se vinham pronunciando em defesa da comunhão frequente, nomeadamente na Península Ibérica⁴³ e ainda poucas se

³⁹ *Declaracion de la doctrina chhstiana*, ob. cit., «Al lector».

⁴⁰ Como defendeu, por exemplo, Francisco de Sosa na referida *Instruccion para examinar la Conciencia antes de la Confession, ò particular, ò general de toda la vida*, «para hazer bien este examen conviene retirar-se por algunos ratos a solas, suplicando à Dios le alumbre y traiga a la memoria el número y circunstancias de sus peccados» (ob. cit., s.p.). E Manuel Góes de Vasconcelos começou o seu *Exame de consciência* com a afirmação -tomada da Suma de Toledo - de que «Antes da confissão he obrigação sòpena de peccado, & da confissão ficar nulla, tomar tempo para examinar a consciência..» (ob. cit., fl. 1).

⁴¹ *Exame de consciência*, ob. cit., «Ao leytor», s.p.

⁴² Sobre o complexo problema da comunhão frequente, veja-se o artigo de Joseph Duhr, «Communion frequente» in *Dictionnaire de spihtuaiité ascétique etmystique*, T. II, 2e. partie, Paris, 1953, esp. cols. 1260-82.

⁴³ O próprio Manuel Góes de Vasconcelos os referiu numa breve lista (*Exame de conciencia*, ob. cit., fl. 47v.-51v.) que inclui, além dos Padres e Doutores da Igreja, diversos autores medievais e modernos que a defenderam. Entre estes, lembrou apenas os mais insuspeitos: o «Doutor Pêro Dias Inquisidor que foy em Seuilla em hum tratado que fez do Santíssimo Sacramento, & da limpeza, & deuação que se requiere para o receber»; o «Padre Horosco [Alonso de Orozco, O.S.A.], em hum tratado que intitula Vida Christã em o Documento quinto vay dizendo, de como auemos de frequentar muy ameude o diuinissimo Sacramento do Altar»; o «Padre Frey Domingos Valtanas da ordem dos Pregadores, em hum tratado que fez da vida de Christo (...) amoesta muito a frequentação da sancta Eucharistia»; o «Doutor Medina Complutense [Alonso de Medina], Catedrático de Theologia em seus escritos a este propósito, diz grandezas & marauilhas»;

manifestavam (por escrito ou com veemência registada) contra essa frequência, este texto de Manuel Góes de Vasconcelos assume um interesse especial por a valorizar de um modo tão claro, mas também, ao mesmo tempo, por denunciar a fraca preparação ou pouca «limpeza» de muitos na sua prática. Daí a sua precaução ao aconselhar que o «tomar esta empresa tão heroyca, & proueitosa da frequentação do diuinissimo Sacramento do Altar» devia ser «conformandose cada qual nesta parte para melhor acertar com o parecer do discreto Confessor...»⁴⁴. E ao «discreto confessor» continuavam e continuariam a ser endereçadas muitas obras de teologia moral e manuais breves de confissão para que, aumentando a sua «discrição», aumentassem também o seu seu saber e, logo, o seu poder e a sua influência mais profunda sobre os fiéis.

Por isso esta obra de Manuel de Vasconcelos, essencialmente voltada para o exame de consciência dos penitentes, não deixou de incluir alguns «Avisos aos Confessores»⁴⁵, sintetizando o essencial do que alguns manuais e de sumas mais influentes por aquelas décadas - sobretudo o célebre *Manual* de Navarro e a então muito editada *Suma* de Francisco de Toledo - haviam preconizado com vista ao acolhimento do penitente para que este se sentisse menos receoso da confissão⁴⁶. Consequentemente, não omitiu, antes reforçou, o aviso de que «esta he hua ocasião muito grande de aproueitar as almas, sabendolhe aplicar a doutrina necessária», dado que estas, «no tempo da confissão ficão huas barreiras certas, aonde não podem deixar de acertar todos os tiros da palaura diuina, auendo da parte dos Ministros sciencia, zelo, & prudência para lhos saber apontar», ao contrário do que sucedia com as pregações «porque a doutrina, & auizos que nas pregações se ouuem, cada qual cuyda de si que se diz por outrem...»⁴⁷. Deste modo, lembrando o quanto podia ser propício ao arrependimento e mudança de vida o momento da confissão - sobretudo se precedido do referido exame de consciência por parte do penitente -, Manuel Góes de Vasconcelos insistiu «ser bom auiso para os Confessores não se descuydarem nas confissões de doutrinar os penitentes, cujo remédio certo consiste no fazerense as confissões bem feitas...»⁴⁸.

Como outras vozes do seu tempo - que ecoariam durante todo o século XVII e ainda no seguinte -, a deste teólogo tentou mostrar como confissão e «reforma de vida» deviam caminhar lado a lado. A influência da pregação era, como disse Manuel Góes de Vasconcelos, quase sempre só «de outiva», mais voltada para impressionar os sentidos e por

o Doutíssimo Victoria da Ordem dos Pregadores em seus escritos, diz particulares excellencias dos que frequentão a sagrada communhão». E, claro, a autoridade máxima dos decretos de Trento. Não referiu, contudo, um dos primeiros textos portugueses defensores da prática da comunhão frequente, a *Homilia do Santíssimo Sacramento* (Évora, 1554, reed. Lisboa, 1586).

⁴⁴ *Exame de consciência*, ob. cit., fl. 52r.

⁴⁵ *Exame de consciência*, ob. cit., fl. 35v.-45v.

⁴⁶ Sobretudo os conselhos relativos à «paciência», à «brandura» e «benignidade» do confessor para ouvir a confissão, sem abdicar, em alguns casos, de alguma severidade para estimular o maior arrependimento {*Exame de consciência*, ob. cit., esp. p. 36v.-37r.

⁴⁷ *Exame de consciência*, ob. cit., fl. 37v.

⁴⁸ *Exame de consciência*, ob. cit., fl. 38r.

isso mais passageira, mas a confissão, por pressupor a presença individualizada do confessor (detentor de um saber específico), o conhecimento do penitente (excepto no caso das missões), o diálogo directo e pessoal entre ambos, a obrigatoriedade (pelo menos teórica) do exame de consciência, o reconhecimento do pecado e o propósito de não voltar a pecar por parte do penitente, podia ser usado como um mecanismo de controlo individual e, a partir deste, de controlo social. As resistências terão sido muitas - porque era grande a «soltura em pecar» e nem sempre fácil a sua admissão perante o confessor -, mas a insistência (que parecia resultar da certeza) do poder persuasivo desta via pastoral persistiria e reforçar-se-ia nas décadas seguintes. Haverá, um dia, que tentar estudar com profundidade e sistematicidade as consequências dessa persistência.